



## REGULAÇÃO

# Mais mulheres, sim. Quotas é que não, diz a AEM

O Governo vai negociar com as empresas da bolsa para que estas se comprometam a que 30% dos cargos de gestão sejam ocupados por mulheres até 2018. Uma medida que a Associação de Emitentes de Mercado (AEM), que representa as empresas cotadas, vê como positiva. Contudo, sublinha que a imposição de quotas “não é a solução adequada” para a falta de representantes do sexo feminino nos conselhos de administração.

“A AEM considera que a imposição de quotas, ou a consagração de outras medidas de discriminação, através de texto legal, não constitui a solução adequada para o aumento da diversidade nos órgãos de administração nem, tão-pouco, para o problema, diferente, do aumento da presença feminina nos mesmos órgãos”, explica Abel Ferreira, director executivo da AEM, em declarações ao Negócios.

Ainda que seja “favorável” ao aumento do número de mulheres nos órgãos de administração, o director executivo da AEM defende que o bom governo das sociedades “deve ser, por natureza e definição, intrinsecamente meritocrático”. Ou seja, a composição dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades cotadas deve ser determinada pela “competência técnica, experiência, independência e seriedade dos seus membros”.

Abel Ferreira recorda ainda que “a selecção e a eleição dos membros dos órgãos sociais é da exclusiva competência dos acionistas das sociedades, reunidos em assembleia-geral, não devendo as próprias empresas emitentes, e muito menos as autoridades públicas, por essa razão, intervir nesse processo”.

Contudo, o director executivo da AEM acredita que a paridade entre o sexo masculino e feminino nas empresas acabará por acontecer de forma natural,

“mercê da competência, esforço e dedicação que as mulheres exercem no seu desempenho profissional”.

## Medida positiva

Abel Ferreira, apesar da crítica a eventuais quotas, defende que a “vontade de discussão de um eventual compromisso” para o aumento do número de mulheres nos órgãos de administração das empresas “é positiva”, estando a associação “sempre disponível para conversar e colaborar com o Governo na procura das soluções mais adequadas para os problemas”. O Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) aplaude a resolução que saiu da reunião do Conselho de Ministros de quinta-feira da semana passada.

“O IPCG vê com muito bons olhos tudo o que se postule no sentido de aumentar a diversidade, nomeadamente do género, nos órgãos de decisão do universo empresarial”, afirmou Pedro Rebelo de Sousa. O presidente do IPCG acrescentou ao Negócios que o instituto tem dinamizado, desde o ano passado, um grupo de reflexão que se ocupa deste tema. ■

RAQUEL GODINHO



**A imposição de quotas, ou a consagração de outras medidas de discriminação, através de texto legal, não constitui a solução adequada para o aumento da diversidade.**

ABEL FERREIRA  
Director executivo da AEM